


O PROCESSO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO DA PESSOA CEGA NO ESTADO DO PARÁ NA DÉCADA DE 1950

EL PROCESO DE INSTITUCIONALIZACIÓN DE LA EDUCACIÓN DE LOS CIEGOS EN EL ESTADO DE PARÁ EN LA DÉCADA DE 1950

THE PROCESS OF INSTITUTIONALIZATION OF THE EDUCATION OF BLIND PEOPLE IN THE STATE OF PARÁ IN THE 1950's

LE PROCESSUS D'INSTITUTIONNALISATION DE L'ÉDUCATION DES AVEUGLES DANS L'ÉTAT DU PARÁ DANS LES ANNÉES 1950

Genylton Odilon Rego da Rocha* 

Hellen Cristina Olimpia de Oliveira** 



Introdução

Ao analisar a trajetória da educação no Brasil, conforme Jannuzzi (2012), é possível identificar aspectos que ajudam a compreender a origem da educação especial no país. Com o surgimento do ensino primário público e gratuito para a população em geral, começaram a surgir também os primeiros esforços para criar escolas destinadas às pessoas com deficiência.

No Brasil, a educação especial começou a ser formalizada a partir do século XIX, baseando-se inicialmente no princípio de segregação. Nesse contexto, as escolas especializadas surgiram como os primeiros locais de ensino destinados às pessoas com deficiência. Conforme mencionado por Bueno (1993), na época segregacionista, a educação especial era entendida como uma modalidade educacional voltada para indivíduos com deficiência, os quais eram definidos como aqueles que demandavam abordagens educativas específicas devido às suas características inatas.

* Universidade Federal do Pará.

** Universidade Federal do Pará.

Conforme Fernandes (2013), entre o final do século XIX e meados do século XX, a educação especial no Brasil foi estruturada como um tipo de ensino especializado voltado para atender às necessidades dos alunos com deficiência, em vez de frequentarem escolas regulares. É relevante ressaltar que as instituições especializadas tinham a visão de que as pessoas com deficiência poderiam ser produtivas desde que recebessem a educação e o treinamento adequados.

De acordo com Oliveira (2017), durante o processo de institucionalização, a Educação Especial passou a ser vista como um sistema educacional distinto e segregado. Na década de 1950, no estado do Pará, surgiram as primeiras instituições especializadas voltadas para o atendimento de pessoas cegas e com baixa visão. O Instituto José Álvares de Azevedo - IJAA foi fundado como a primeira escola destinada a esse grupo específico.

Ao ter a chance de conduzir uma pesquisa que inclui pessoas com cegueira e baixa visão, é importante observar que os termos deficiência visual e cego não têm o mesmo significado, apesar de a deficiência visual englobar tanto a cegueira quanto a baixa visão. Embora o uso do termo “pessoa cega” seja considerado preconceituoso por muitos, não partimos desse pressuposto (Nunes; Lomônaco, 2010).

Para se referir a uma pessoa com perda total da visão (cegueira) ou com pouquíssima capacidade visual (baixa visão), utilizamos as palavras “pessoa cega” que será o termo especificamente utilizado nesta pesquisa, esse termo apresenta uma concepção descritiva daquela pessoa que é privada de visão. Sendo assim, partimos do paradigma de que não há preconceito na utilização do termo pessoa cega, o preconceito está em pressupor que o cego é um sujeito menos capaz (Nunes; Lomônaco, 2010).

O artigo tem como objetivo descrever o contexto histórico em que ocorreu a criação do Instituto José Álvares de Azevedo e a institucionalização da educação de pessoas cegas no estado do Pará, com base em informações provenientes de uma pesquisa de mestrado realizada em uma universidade pública paraense. A pesquisa buscou colaborar com a escrita da história da educação especial na região, um tema ainda pouco explorado e que surge dos esforços dos pesquisadores locais.

O estudo foi conduzido por meio do método de pesquisa histórica, utilizando os dados obtidos a partir de fontes documentais, tanto primárias quanto secundárias, encontradas na unidade de Educação Especializada José Álvarez de Azevedo, no Arquivo Público do Estado do Pará e no Arquivo Público da Assembleia Legislativa do Pará. Além disso, incluiu-se a entrevista aberta realizada com os primeiros alunos que frequentaram o IJAA durante o período de 1955 a 1962, bem como entrevistas concedidas a outros pesquisadores, presentes nos apêndices de estudos previamente publicados. A análise e interpretação desses documentos foram realizadas por meio da técnica de análise de conteúdo com base nas abordagens de Franco (2018) e Bardin (1977).

O contexto histórico da institucionalização da Educação de pessoas cegas no estado do Pará na década de 1950

Após 1945, o Brasil vivenciou um processo de redemocratização, de acordo com Zotti (2004), neste período houve o golpe que destituiu o presidente Vargas do poder. Ademais, os grupos opositores buscaram restabelecer o liberalismo econômico, porém sem sucesso devido à consolidação do desenvolvimento e da burguesia industrial no país. Portanto, de 1945 a 1960, o panorama econômico brasileiro passou por uma transição do modelo de importações para a expansão da industrialização capitalista.

Em 1951, a volta de Vargas ao poder no Brasil foi resultado de um voto popular. Esse período ficou conhecido pela abertura da economia ao mercado internacional, uma política que também foi adotada por governantes como Juscelino Kubitschek e João Goulart. Durante esse tempo, as estratégias econômicas se tornaram menos nacionalistas e mais focadas no desenvolvimento, de acordo com Zotti (2004).

Conforme Almeida e Melo (2016), a implementação de políticas de desenvolvimento nacional na Amazônia brasileira na segunda metade do século XX, particularmente no estado do Pará, foi realizada pelo governo central. A criação da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) foi um marco importante para o estado, com o objetivo de estabelecer um plano de desenvolvimento para a região amazônica.

Segundo Almeida e Melo (2016), o Plano de Valorização da Amazônia, que vigorou de 1953 a 1966, tinha como objetivo central promover a modernização da sociedade brasileira, seguindo uma abordagem desenvolvimentista. A intenção era integrar a região amazônica à economia nacional, superando o modelo extrativista vigente na região. Além disso, visava valorizar a educação como um meio de civilizar e modernizar a população.

Na segunda metade do século XX, o cenário político do estado do Pará foi caracterizado por intensas disputas políticas entre o General Joaquim Cardoso de Magalhães Barata¹ e o General Alexandre Zacarias de Assumpção². Enquanto Barata governava o estado há vários anos, Assumpção buscava redimi-lo com sua campanha. É relevante ressaltar que, apesar das diferentes correntes políticas a que pertenciam esses governantes, foi durante seus mandatos que as políticas nacional-desenvolvimentistas para a Amazônia começaram a se consolidar (Almeida; Melo, 2016).

Este pleito foi ganho por Zacarias de Assumpção, que após uma acirrada disputa, tomou posse em 20 de fevereiro de 1951 e governou até 31 de janeiro de 1956. No ano de 1955 Magalhães Barata retorna a disputa eleitoral, concorrendo desta vez, ao governo do estado, contra Epílogo de Campos, candidato pela Coligação Democrática Paraense (CDP), que tinha sido em 1950 o Deputado Federal paraense mais votado. A disputa de 1955 foi acirradíssima, mas desta vez a Coligação foi derrotada e Magalhães Barata, apesar a disputa judicial, tomou posse em 10 de junho de 1956, como governador eleito do Estado Pará, no entanto veio a falecer em 1959, vítima de leucemia, antes de findar seu mandato. Esses dois governos são significativos, pois nas disputas locais, representam as duas grandes forças políticas de então: de um lado o PSD, capitaneado por Magalhães Barata e os chamados “baratistas” e a Coligação Democrática Paraense, que reunia todos aqueles que não eram “baratistas” (Almeida; Melo, 2016, p. 81).

No governo de Zacarias de Assumpção, segundo Almeida e Melo (2016), houve uma notável expansão das políticas de educação do estado, as quais tinham como objetivo valorizar a região amazônica por meio da SPVEA, fundada em 1953. Segundo as autoras, nesse período foram implementadas

¹ Representava Partido Social Democrático (PSD).

² Representava a Coligação Democrática Paraense, composta pelo Partido Social Progressista (PSP), Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Partido Social do Trabalhador (PST), Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e União Democrática Nacional (UDN).

iniciativas para aprimorar a educação primária, o ensino técnico e profissionalizante, em consonância com a ideia de que a educação poderia ser transformadora para a sociedade nacional e amazônica.

Entre as décadas de 1950 e 1970, o governo federal, por meio do Ministério da Educação e Cultura, implementou iniciativas de apoio técnico e financeiro destinadas às Secretarias de Educação e instituições privadas, através do INEP³ e do CBPE⁴. Essas ações, conhecidas como “Campanhas Nacionais”, tinham como objetivo fornecer assistência para a educação de pessoas com deficiência, incluindo a educação e reabilitação de pessoas cegas. Uma dessas campanhas foi a Campanha Nacional de Educação e Reabilitação dos Deficientes Visuais (CNERDV), que foi renomeada em 1960 como Campanha Nacional de Educação dos Cegos (CNEC) (Oliveira, 2023).

Na Escola de Cegos do Pará⁵, as primeiras professoras foram treinadas no Instituto Benjamin Constant como parte das iniciativas do Ministério da Educação e Cultura. Em maio de 1953, um anúncio nos jornais do Pará convocou professores da rede pública interessados em se especializar na educação de pessoas cegas. O curso “Professor e Inspetor na Educação de Cegos”, oferecido pelo Instituto Benjamin Constant - IBC em parceria com o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos - INEP, tinha como objetivo capacitar os educadores da rede pública para o ensino desse público (Oliveira, 2023).

Conforme Pereira (2005), a seleção dos professores ocorreu por intermédio da Diretoria Geral de Instrução Primária do Pará em articulação com o INEP, após a seleção das professoras Nazaré Cristo Barbosa Nascimento e Adiles Araci Alves Monteiro, elas viajaram para a cidade do Rio de Janeiro, e realizaram o curso no IBC de agosto a novembro de 1953. Na entrevista da professora Nazaré Nascimento, realizada por Pereira (2005, p. 73), ela narra que:

³ O atual Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP foi inicialmente chamado de Instituto Nacional de Pedagogia (1937), denominação modificada para Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (1938).

⁴ Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais.

⁵ A denominação “Escola de Cegos do Pará” foi o primeiro nome dado à escola, em 1956 foi renomeada para “Escola José Alves de Azevedo”, e em 1965, passa a ser chamada de “Instituto José Álvares de Azevedo”. E atualmente chama-se Unidade Educacional Especializada (UEES) José Álvares de Azevedo (Pará, 2017)

Em junho fui selecionada depois de preencher um documento com quesitos que traçava um perfil psicológico e didático do que se pensava da Educação de Cegos. [...]. Conhecia algumas pessoas deficientes visuais. Eram chamados de cegos ou amblíopes, e essas pessoas quando não eram mendigos, eram pessoas que viviam dentro de casa, superprotegidas ou abandonadas pela família. As pessoas ignoravam que os cegos poderiam ser educados. [...].

A citação da professora ilustra como as pessoas cegas eram vistas naquela época, destacando a vulnerabilidade, a marginalização social e a falta de acesso à educação. De acordo com Costa (2012), a marginalização social das pessoas com deficiência se manifestava no modo como eram tratadas pela sociedade, e a nossa cultura carrega o legado de segregação, exclusão e marginalização de homens e mulheres com deficiência que eram privados de direitos sociais, econômicos e políticos.

Durante a viagem ao Rio de Janeiro, as professoras não foram contempladas com uma bolsa de estudos e foram apenas com seus salários. No Instituto Benjamim Constant - IBC, elas receberam orientação educacional e hospedagem. O curso era dividido entre teoria e prática, abordando o ensino de leitura e escrita em Braille, conforme destacado nas palavras da professora Nazaré Nascimento em sua entrevista para Pereira (2005, p. 73):

Queria realizar um trabalho aqui em Belém que realmente pudesse melhorar a situação daquelas pessoas portadoras de deficiência visual. Solicitei pessoalmente para realizar o curso e fui atendida, eu e a Adiles não recebíamos bolsa, mas tínhamos hospedagem no Instituto e tínhamos a parte de Educação. Fomos com nossos vencimentos daqui. Viajei junto com a Adiles no final de julho, porque o curso começava em agosto e terminava em novembro. Foram 04 meses de trabalho. O que nos deu muita experiência foi o trabalho com professores deficientes, acho que foram os melhores cursos. A prática que tínhamos era muito importante. Aprendi a ler e escrever em Braille, com cegos.

Na fala da Prof.^a Nazaré Nascimento fica notório seu desejo de realizar um trabalho voltado para as pessoas cegas no Estado, ela ressalta que a realização da especialização lhe proporcionou experiências importantes para o trabalho com essas pessoas, ressaltando que nas aulas práticas aprendeu a utilizar o Sistema Braille.

O convênio entre IBC e INEP, de acordo com Farias (2019) ocorreu de 1940 a 1960, e visava formar professores na didática especial voltada para ce-

gos e amblíopes, as disciplinas ministradas no curso versavam sobre a História dos cegos, Psicologia educacional, geral e dos cegos; Processos para recuperação dos cegos; Recreação Infantil; Escrita em Braille; Leitura em Braille; Didática Especial para cegos; Adaptação, aquisição de imagens e adestramento dos sentidos; Comportamento em sociedade; Trabalhos manuais; e Técnicas de ensino musical de cegos.

De acordo com Farias (2022, p. 78; 79) as professoras que realizaram o curso foram fundamentais para a institucionalização da educação de pessoas cegas no Estado do Pará:

O nacionalismo forneceu a trama da vida política e uma nova sociabilidade. É nesse bojo que iremos deparar com movimentos de educação popular, que alcançaram também as pessoas com deficiência e que possibilitaram, por meio tanto de conflitos quanto de negociações, a ambiência para a construção de uma cultura escolar da educação especial – uma cultura em ação, uma vez que ela não é descolada das inquietações do processo histórico e, por isso, permite descortinar novas possibilidades. [...]. As professoras, ao retornarem ao Pará, procuraram convencer o governo a assumir oficialmente a escolarização de pessoas com deficiência. Tal convencimento foi necessário, uma vez que essas mulheres, mesmo tendo sido escolhidas para representar o governo paraense nos cursos de formação, não encontraram de imediato, quando voltaram ao estado, as condições adequadas para colocar em prática os conhecimentos adquiridos.

O papel das professoras especialistas foi crucial na fundação da Escola de Cegos do Pará. Elas acreditavam na possibilidade de educar as pessoas cegas e investiram tempo e esforço na adaptação dos conteúdos programáticos, bem como na criação de métodos de ensino feitos sob medida para esses estudantes. Além disso, empenharam-se em disseminar o conhecimento sobre a educação especializada para a comunidade, mostrando que era possível educar essas pessoas dentro desse contexto.

O Instituto José Alvares de Azevedo e a institucionalização da educação da pessoa cega no estado do Pará

Após a finalização do “Curso de Professor e Inspetor na Educação de Cegos”, no Instituto Benjamim Constant, as professoras Nazaré Cristo Barbosa Nascimento e Adiles Araci Alves Monteiro retornaram, e se comunicaram

com a Secretaria de Estado da Educação e Cultura, representada pelo secretário José Cavalcante Filho, a fim de requerer os procedimentos necessários para a fundação de uma escola para pessoas cegas no Estado do Pará. Abaixo estão as imagens das professoras pioneiras da Escola de Cegos do Pará:

Figura 1: Prof.^a Nazaré Nascimento



Fonte: Imagem de Farias (2019)

Figura 2: Prof.^a Adiles Monteiro



Fonte: Imagem de arquivo Pessoal Adiles Monteiro (2023)

A Escola de Cegos do Pará, foi oficialmente criada no dia 12 de dezembro de 1953, com publicação no Diário Oficial⁶ nº 17.488, através do Decreto nº 1.390, de 7 de dezembro do mesmo ano. A publicação descreveu que foram criadas duas escolas para cegos nesta capital, o decreto nº 1.390/1953 estabeleceu que:

Art. 1º Ficam criadas duas escolas para cegos, nesta capital as quais serão instaladas em fevereiro do próximo ano.

Art. 2º As escolas mencionadas serão providas pelas professoras que fizeram o curso no Instituto Benjamin Constante, na Capital Federal (Pará, 1953, p. 01).

O Decreto nº 1.390/53, estabeleceu que as escolas mencionadas seriam direcionadas pelas professoras que fizeram o curso no Instituto Benjamin Constante. O documento faz referência a criação de duas escolas, mas, de fato somente uma escola foi criada, e se situou na capital do Estado.

Durante a fundação da Escola de Cegos do Pará, surgiram duas questões importantes. A primeira era sobre a busca por um local adequado para a escola funcionar e a necessidade de recursos especializados para as aulas. Já a segunda questão dizia respeito à matrícula dos alunos, uma vez que as famílias demonstraram resistência em inscrever seus filhos na escola. Esse cenário

⁶ Diário oficial do Estado do Pará, Belém - 12 de dezembro de 1953 Ano LXIX – 66º 17.488.

é destacado nas palavras da professora Nazaré Nascimento em sua entrevista com Pereira (2005, p. 74):

[...] começamos a trabalhar no sentido de procurar onde pudéssemos começar [...] só havia uma maneira de começarmos a fazer as coisas, através da mídia que naquele tempo só era o jornal e rádio, um dia eu falava, no outro, era a colega Adiles Monteiro que concedia entrevista através do jornal, [...], o governador fez uma carta, para que nos apresentássemos em uma escola, que tivesse pelo menos uma sala. Aí começaram nossas andanças! Foi quando procurei o Prof. Salerno Moreira, Diretor do Instituto Lauro Sodré, [...], nos emprestou uma sala, aí arrumei marceneiro por minha conta, mandei fazer um mapa para localizar o Pará. [...] O maior problema era encontrar aluno, então colocamos notas no jornal, para quem tivesse criança cega, procurasse o meu endereço, ou mesmo o jornal. As primeiras manifestações das famílias foram das crianças pobres, as famílias que tinham possibilidades econômicas essas não se manifestaram logo, então começamos realmente com pessoas que até da mendicância nós tiramos.

Depois que a Escola de Cegos do Pará foi estabelecida, era frequente deparar-se com a oposição das famílias em matricular os estudantes, o que poderia ser atribuído, principalmente, à falta de esclarecimento sobre como ocorreria a escolarização do indivíduo na Escola. Além disso, havia a presença arraigada do preconceito em relação às pessoas com deficiência naquela sociedade.

Até o início do século XIX no Brasil, segundo Costa (2012), as pessoas com deficiência, incluindo as pessoas cegas, costumavam ser abandonadas por diferentes motivos. Isso ocorria devido à crença social de que não conseguiriam se desenvolver psicossocialmente, por estarem em situação de pobreza extrema ou simplesmente por serem rejeitadas. Desse modo, indivíduos que não se encaixavam no padrão de “normalidade” eram excluídos da convivência social e vistos como “anormais”.

Naquele período havia uma concepção social de que as pessoas cegas não conseguiriam aprender, como pode-se verificar na entrevista da professora Nazaré Nascimento concedida a Pereira (2005, p. 75) “[...] na maioria das vezes as famílias achavam que os deficientes nunca iriam aprender nada. Pois, muitas famílias não apresentavam o conhecimento de como poderia ocorrer a escolarização desses alunos”.

Para conseguirem matricular alunos na Escola de Cegos, as professoras tomaram como estratégia publicar notas nos jornais. Essa abordagem resultou

no interesse inicial de algumas famílias em matricular seus filhos na escola, sendo que muitas delas enfrentavam dificuldades financeiras e algumas recorriam à mendicância. Diante desse cenário, a professora Nazaré Nascimento empenhou-se em encontrar soluções para garantir a permanência dos alunos em situação de vulnerabilidade social na instituição, conforme mencionado em sua entrevista a Pereira (2005, p. 75):

[...]. Então era difícil eu conseguir que eles fossem para a escola. Um uns dias, no outro não. Aí comecei a notar que aquilo era realmente falta de recursos por parte da família. Fui até o governador e fiz um expediente mostrando a necessidade que se teria de ter uma bolsa para esses casos, onde uma família com cinco cegos não poderia assumir tanta responsabilidade, com eles; o governo deu a bolsa e eu repassava para a família, com o compromisso de não pedirem esmolas.

A partir do relato da professora Nazaré Nascimento, evidencia-se que a situação de vulnerabilidade social enfrentada pelas pessoas cegas era alarmante naquela época. A ausência de políticas públicas destinadas à educação e ao mercado de trabalho para esse grupo também colaborava para a exclusão social. Vale ressaltar que a visão sobre as pessoas cegas varia em diversas culturas, conforme apontado por Costa, Picharillo e Paulino (2024, p. 549):

A concepção da pessoa cega durante o processo histórico varia de cultura para cultura, refletindo crenças, valores e ideologias, pelos quais são estabelecidos diferenciados modos de relacionamento entre esta e outras pessoas. Com isso, entende-se que devem ser evitadas generalizações, comuns nos embasamentos históricos da área, tendo em vista que cada época, em cada civilização, tem-se uma concepção.

As pessoas cegas eram percebidas e tratadas de acordo com as crenças, valores e ideologias vigentes na sociedade da época. É essencial ressaltar que as percepções podem ser distintas conforme a perspectiva e vivências individuais. Além disso, é relevante destacar que frequentemente as pessoas cegas eram consideradas incapazes e dependentes, devido à falta de acesso à educação e oportunidades de emprego apropriadas.

Somente após um ano e cinco meses desde a fundação da Escola de Cegos do Pará é que as atividades escolares de fato se iniciaram em 15 de abril de 1955, no salão nobre do Instituto Lauro Sodré, em Belém. De acordo com uma entrevista dada pela professora Nazaré Nascimento a Pereira

(2005), ela mencionou que, de forma simples e direta, informou ao secretário que as aulas começariam e que toda a estrutura já estava pronta. Ela também contou que havia conseguido realizar a matrícula dos cinco primeiros alunos na Escola.

Entre 1955 e 1962, a instituição seguia o modelo de educação segregadora, funcionando como uma escola especializada dedicada ao ensino de pessoas cegas. As professoras da Escola eram capacitadas nesse atendimento, adotando o currículo das escolas regulares da SEDEC⁷ e incluindo atividades específicas para os alunos cegos (Pará, 2017).

Naquele período, faltavam recursos e estrutura adequada para suprir as necessidades educacionais dos alunos. Apesar desses obstáculos, as professoras especializadas buscavam estratégias inovadoras de ensino, utilizando materiais adaptados e métodos de aprendizagem diferenciados.

Na Escola de Cegos do Pará, o objetivo educacional era aprimorar aspectos físicos e sensoriais dos alunos. O ensino era ministrado utilizando o Sistema Braille para os cegos e recorrendo aos “resíduos visuais” para os estudantes com deficiência visual, através de letras ampliadas (Pará, 2017).

Com apenas uma sala disponível no Instituto Lauro Sodré, a escola organizava um sistema de ensino multisseriado para os anos iniciais do ensino fundamental (1º ao 5º ano). Seu principal objetivo era desenvolver a coordenação motora fina dos alunos visando a alfabetização em Braille, providenciando também adaptações e materiais ampliados para os alunos com baixa visão.

As estratégias educacionais utilizadas para o Ensino Fundamental do IJAA eram parecidas com as aplicadas nas escolas convencionais, embora apresentassem algumas características específicas, como a adaptação dos currículos pelas professoras especialistas. Isso fica evidente nas palavras da professora Nazaré Nascimento, conforme mencionado na entrevista realizada por Pereira (2005, p. 77), onde ela afirma: “eu e a Adiles adaptamos os currículos que já existiam no ensino primário”.

⁷ Em razão de uma nova reorganização administrativa, a SEDEC passou a ser denominada SEDUC, por meio do Decreto nº 7.394 de 31/12/1970. Educação e Cultura são desatreladas, no ano de 1975, por meio da Lei 4.589/75, quando é criada a Secretaria de Estado de Cultura, Desportos e Turismo, alterando definitivamente a denominação de Secretaria de Estado de Educação e Cultura para Secretaria de Estado de Educação (Farias, 2019).

Na escola, eram oferecidas aulas de Ensino Primário, do Sistema Braille e Habilitação, e de Música. O foco do ensino do Sistema Braille e Habilitação era promover o desenvolvimento das habilidades motoras, cognitivas e sensoriais, com o objetivo de capacitar os alunos cegos e com baixa visão a ler e escrever usando o Sistema Braille, além de prepará-los para assinar seus nomes em letra cursiva (Pará, 2017).

Os estudantes precisariam ter conhecimentos básicos de cubaritm⁸ para colaborar com a aprendizagem da matemática em Braille, além de serem capacitados por meio da Atividade de Vida Autônoma e Social – AVAS, a qual tinha como propósito desenvolver juntamente com o aluno habilidades para conquistar sua independência social e autonomia. A educação musical era ministrada sob o nome de Canto Orfeônico (Brasil, 1946), sendo as aulas obrigatórias, com o intuito de proporcionar aos estudantes o acesso à cultura musical.

Os estudantes cegos não participavam das atividades de artífices do Instituto Lauro Sodré. Sua interação com os demais alunos resumia-se ao momento do lanche no intervalo. Em uma entrevista dada por uma das alunas do IJAA, ela menciona que: “No intervalo para o lanche no refeitório do Lauro Sodré conversávamos entre nós, as atividades escolares eram separadas, mas o coral do IJAA era convidado para cantar nas festas” (Cravo, 2023, p. 02).

O governador providenciou um transporte para a escola, que buscava os estudantes para as aulas e os levava de volta para casa ao final do dia letivo. Em uma carta oficial enviada pela direção do IJAA à ALEPA-PA, a professora Nazaré Nascimento descreve que: “[...] O Comandante do Parque da Aeronáutica, pôs à disposição das preceptoras dos cegos, uma caminhonete para transportar os alunos” (Pará, 1956, p. 09). A Escola de Cegos do Pará recebia apoio financeiro do governo, porém também contava com a ajuda de algumas instituições privadas para a aquisição de materiais, conforme mencionado em sua entrevista publicada por Pereira (2005, p. 74; 75):

Isto tudo nos anos 50, começamos a receber visitas. [...]. As pessoas iam nos visitar por curiosidade; para saber como era o aprendizado de uma pessoa cega.

⁸ Cubaritm⁸ é um instrumento matemático manual utilizado para facilitar aos alunos cegos a realização de cálculos matemáticos, foi utilizado até a década de 1960 para efetuar operações aritméticas. http://www.deficienciavisual.pt/txt-Materias_didat_inclusao_matematica.htm.

Recebemos a visita do governador Magalhães Barata, na época governador. O governador vendo nosso trabalho ficou entusiasmado, e eu aproveitava para solicitar material de outros lugares, como: México, Estados Unidos ou São Paulo. [...]. As pessoas que visitavam a escola levavam as coisas e eu começava a ganhar coisas interessantes. Lions Club, Rotary Club, Maçonaria nos ajudavam com recursos próprios substituindo as carteiras que não eram nossa, material pedagógico especializado mandavam fazer. [...]. Nós recebíamos do governo, mas toda infraestrutura de apoio logístico se conseguia fora, porque o Instituto também não tinha grandes alternativas.

Desde 1955, quando a Escola de Cegos começou a funcionar efetivamente, as responsáveis pela instituição eram a professora Nazaré Nascimento, como diretora, e a professora Adiles Monteiro, como professora. No entanto, foi somente em 1956, com a promulgação da Lei nº 1.400 em 31 de outubro de 1956, que a escola foi oficialmente renomeada para “Escola José Alvares de Azevedo” e teve sua estrutura organizacional definida.

No dia 31 de outubro de 1956, foi estabelecida pela Lei nº 1.400 que a escola destinada à educação de cegos e amblíopes passaria a se chamar Escola “José Alves de Azevedo”, em homenagem ao primeiro brasileiro cego a ser alfabetizado na França através do Sistema Braille, cujo nome correto é “José Alvares de Azevedo”. Apesar da designação oficial ser “José Alves de Azevedo”, o nome utilizado no dia a dia da escola era “José Alvares de Azevedo”. A correção desse nome pode ser encontrada no Art. 14 da Lei nº 3.583/1965⁹, que diz “Ficam criados no Quadro Único do funcionalismo Civil do Estado, com lotação no Instituto “José Alvares de Azevedo” (Pará, 1965, p. 10).

No Art. 2º, da Lei nº 1.400/1956¹⁰, estabeleceu-se a estrutura de funcionários da Escola José Alvares de Azevedo, e foram de dois professores especializados; um professor de canto orfeônico; um inspetor de alunos; e um servente. Em uma comunicação oficial do IJAA para a ALEPA-PA, a professora Nazaré Nascimento descreveu que:

⁹ Lei nº 3.583, de 15 de dezembro de 1965. Da nova organização à Secretaria de Estado de Educação e Cultura. (S.E.D.E.C), cria cargos necessários à mesma, estabelece condições de funcionamento e determina outras providências.

¹⁰ Lei nº 1.400, de 31 de outubro de 1956. Dá denominação e cria no quadro único do funcionalismo civil do estado cargos na escola de cegos.

Ao denominarmos a Escola para Cegos e Amblíope, Escola “José Alves de Azevedo”, temos em mira duas finalidades: psicológica e homenagear o primeiro cego brasileiro que se educou pelo Sistema Braille. José Alves Azevedo, nascido na cidade do Rio de Janeiro, foi educado em Paris, no mesmo colégio que Braille estudou. Seus estudos foram custeados pelo Imperador D. Pedro II, cognominado pelos cegos brasileiros, “o patriarca dos cegos” tal a dedicação e auxílio com que assistiu aos desprovidos de visão (Pará, 1956, p. 20).

Em 1959, o jornal *O Liberal*¹¹ divulgou que o General Moura Carvalho tinha assinado o Projeto de Lei que autorizava a implementação do sistema de semi-internato na Escola José Alvares de Azevedo, destinado ao ensino de cegos e pessoas com baixa visão. A ideia por trás do projeto era garantir mais tempo para as atividades educacionais, como aulas de canto coral, violão, encadernação, trabalhos manuais, reabilitação e treinamento sensorial, métodos que tinham como objetivo integrar o aluno como um membro produtivo da sociedade.

Embora a institucionalização da educação de pessoas cegas no Pará tenha ocorrido dentro de um contexto de segregação escolar, por meio da criação de escolas especiais as pessoas com deficiência obtiveram a chance de poder frequentar uma escola. Esse momento histórico se configurou como um marco importante para o processo de inserção das pessoas cegas em um contexto educacional.

O Instituto José Alvares de Azevedo apresentava configurações pedagógicas, e utilizava o Sistema Braille como um instrumento para o ensino das disciplinas escolares, o que contribuiu significativamente para o desenvolvimento de habilidades e potencialidades dos alunos.

A intenção do Instituto era proporcionar educação e ensinar habilidades específicas para as pessoas cegas, utilizando o sistema Braille como suporte. Além disso, priorizava o desenvolvimento de competências relacionadas à mobilidade e autonomia, oferecendo uma educação acadêmica que possibilitava aos alunos acesso a diversas áreas do conhecimento escolar.

É fundamental salientar que o processo de institucionalização da educação de pessoas cegas no Pará se deu graças ao empenho das professoras

¹¹ *Liberal* de 02 de dezembro 1959. Belém. Semi-Internato para Escola de Cegos (Título do jornal).

especialistas, à resistência das pessoas cegas e ao apoio de entidades públicas e privadas que reconheceram a importância de integrar e valorizar essas pessoas na sociedade por meio da educação.

O esforço das professoras especializadas em garantir o acesso a uma educação adequada para esse público é digno de destaque, e é evidente que houve avanços significativos no processo de institucionalização da educação para essas pessoas a partir desse momento.

É relevante destacar que o Instituto José Álvares de Azevedo foi criado em um momento histórico no qual a educação especial estava passando por uma transição do paradigma da segregação/institucionalização para o paradigma de prestação de serviços. Segundo Aranha (2005), o paradigma da institucionalização foi o primeiro modelo oficial a definir a relação da sociedade com a parcela da população formada por pessoas com deficiência.

A institucionalização, conforme Aranha (2005) descreve, caracterizou-se pela internação de pessoas com deficiência em instituições residenciais segregadas ou em classes e escolas especiais. A autora explicou que com o paradigma de prestação de serviços houve um aprofundamento nas ideias de normalização e surgiu o conceito de integração.

A ideia de normalidade era um elemento essencial na abordagem educacional do Instituto José Álvares de Azevedo, pois suas práticas pedagógicas tinham como meta proporcionar às pessoas com deficiência os meios necessários para desenvolver habilidades que as possibilitassem participar ativamente da sociedade e do mercado de trabalho. Isso é evidente nas palavras da professora Nazaré Nascimento: “É fundamental auxiliar nossos irmãos cegos oferecendo-lhes educação e emprego de acordo com suas habilidades” (Pará, 1956, p. 22).

Durante a segunda metade do século XX, o foco era direcionado para a integração do indivíduo na sociedade. Segundo Piccolo (2022), essa integração estava relacionada ao ideal de corpos considerados possíveis, sendo a norma utilizada para determinar o que era socialmente aceitável.

Lunardi (2002) aponta que a estratégia adotada para alcançar essa “normalidade” podia se manifestar por meio de correções, reabilitações e práticas pedagógicas terapêuticas, utilizando o conhecimento médico-científico como

ferramenta. A partir desse ponto de vista, surgiram instituições especializadas com o propósito de humanizar, civilizar e corrigir os indivíduos.

Segundo Beyer (2013), as escolas especiais surgiram historicamente devido à recusa do sistema educacional em ensinar alunos com deficiência, levando à criação de instituições especializadas. Ele argumenta que tais escolas foram estabelecidas como uma forma complementar de fornecer suporte pedagógico que as escolas regulares não disponibilizavam.

Somente com o surgimento das escolas especiais, as crianças com deficiência obtiveram a chance de poder frequentar, finalmente, uma escola. Esse foi na verdade o grande mérito das escolas especiais, isto é, elas se constituíram nas primeiras escolas que atenderam alunos com deficiência. As escolas especiais, portanto, não eram, como alguns pensam, escolas “segregadoras”, pelo contrário, integraram pela primeira vez as crianças com deficiência no sistema escolar (Beyer, 2013, p. 14).

É importante ressaltar que a educação especial segregadora, apesar de apresentar uma configuração em que as pessoas com deficiência deviam ser escolarizadas em ambientes separados, se configurou como um período em que as pessoas cegas puderam ser inseridas em um contexto educacional que tinha como objetivo a escolarização desses alunos por meio de recursos e apoio especializado, ao mesmo tempo em que buscava promover a integração social deste na sociedade.

A institucionalização da educação especial para pessoas cegas no Estado, foi um passo importante para a educação dessas pessoas, pois, possibilitou o acesso a uma educação adaptada às suas especificidades. Além disso, essas instituições também desempenharam um papel fundamental na formação e capacitação profissional para esses alunos, abrindo portas para oportunidades de trabalho e autonomia.

Até o ano de 1962, a Escola José Alvares de Azevedo oferecia exclusivamente educação especializada. Após esse período, a integração da educação especializada ao ensino regular tornou-se uma realidade, como evidenciado no PPP¹² da instituição:

¹² Projeto Político Pedagógico.

A educação segregada durou pouco tempo e em 1962 tornou-se realidade a educação integrada, ou seja, os primeiros alunos com deficiência visual começaram a frequentar as escolas regulares, outros ficaram na sala do Instituto Lauro Sodré, sempre com o acompanhamento do professor especializado para orientar e coordenar o trabalho junto ao professor da escola regular, principalmente na transcrição de trabalhos em grafia para “negro” para o braile e do braile para o “negro”, através do ensino Itinerante e das salas de recursos (Pará, 2017, p. 05).

Conforme o histórico do Instituto durante o período de segregação, a Instituição era a única escola especializada voltada para a educação de pessoas cegas no Estado. Porém, a partir do início dos anos 1960, os alunos que concluíam o ensino primário no IJAA tinham a oportunidade de participar do processo seletivo para cursar o ensino secundário nas escolas de Belém. Segundo descrito no documento, o IJAA permaneceu com um modelo educacional segregado até 1962. A partir desse momento, a escola adotou uma abordagem de integração escolar, possibilitando que os primeiros alunos frequentassem as escolas regulares.

Com o passar do tempo, outros professores das redes municipal e estadual foram treinados pelo IBC¹³ como parte das iniciativas do MEC¹⁴, na cidade do Rio de Janeiro. Durante a década de 1960, com o apoio da Campanha Nacional da Educação de Cegos, mais professores dessa instituição também foram capacitados em cursos realizados em São Paulo e Salvador, com a duração de um ano letivo cada (Pará, 2017).

A relevância das especializações voltadas para a educação de pessoas cegas se destaca pela sua contribuição no processo de ensino e no aprimoramento das capacidades desses indivíduos. Através do treinamento oferecido aos professores, o IBC e o MEC colaboraram para a formação de professores capacitados a suprir as demandas particulares dos estudantes e a adaptar o currículo conforme as necessidades individuais de cada aluno, qual foi um dos vários fatores que contribuiu para a formalização da educação desse público.

¹³ Instituto Benjamin Constant.

¹⁴ Ministério da Educação e Cultura.

Conclusão

A incorporação da educação para pessoas cegas ao sistema institucional do estado gerou importantes impactos educacionais e sociais. A fundação da escola também contribuiu para sensibilizar a comunidade sobre as demandas e habilidades desses sujeitos. Além disso, promoveu a interação entre os estudantes, permitindo a troca de experiências e a compreensão de que as limitações físicas não determinam a capacidade de aprender e o potencial desses indivíduos.

A educação no IJAA buscava capacitar os estudantes cegos a adquirirem habilidades essenciais para sua autonomia e independência, promovendo seu fortalecimento. Isso os preparava para lidar com os desafios do dia a dia e contribuía ativamente para a comunidade. Embora muitas vezes tenham enfrentado marginalização social, devido à falta de oportunidades e recursos que resultavam em dependência, as escolas especializadas trouxeram possibilidades para a educação dessas pessoas.

O Instituto proporcionava um ambiente acolhedor no qual estudantes cegos poderiam interagir entre si, compartilhar suas vivências e aprimorar suas habilidades sociais. Para além da educação acadêmica, a escola também tinha como objetivo desenvolver as habilidades de vida e autonomia dos alunos. Eles eram ensinados em áreas como orientação e mobilidade, tarefas cotidianas e outras habilidades essenciais.

A atuação das campanhas e das professoras especializadas foi fundamental para o processo de institucionalização da educação de pessoas cegas no estado. As campanhas educativas direcionadas a esses indivíduos buscavam sensibilizar a comunidade, disponibilizar recursos e qualificar os professores, desempenhando um papel essencial no apoio à participação e ao progresso educacional desse segmento.

A dedicação das professoras Nazaré Cristo Barbosa Nascimento e Adiles Araci Alves Monteiro em realizar o “Curso de Professor e Inspetor na Educação de Cegos” no Instituto Benjamin Constant, no Rio de Janeiro, e em pleitear junto às Secretarias de Educação do Estado a criação da escola foram elementos-chave para a consolidação da educação de pessoas cegas no Estado.

O Instituto tinha como objetivo principal desenvolver nos alunos habilidades e talentos que pudessem fazer diferença em sua comunidade, sendo fundamental destacar que a educação especial possibilitava que os alunos recebessem atenção e auxílio. Adicionalmente, tais instituições focavam no aprimoramento de competências acadêmicas e práticas visando a integração dos alunos no mercado de trabalho.

Entre 1955 e 1962, o IJAA adotou uma estratégia educacional segregacionista, oferecendo uma modalidade de ensino separada das escolas convencionais. Apesar de reforçar os estigmas associados às pessoas com deficiência, esse modelo foi fundamental para o processo de educação desses indivíduos, que por muitos anos foram frequentemente excluídos do sistema educacional regular. Após a criação do IJAA, as discussões acerca da educação de pessoas cegas tornaram-se mais proeminentes no Estado.

O PROCESSO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO DA PESSOA CEGA NO ESTADO DO PARÁ NA DÉCADA DE 1950

Resumo: O Instituto José Álvares de Azevedo - IJAA, é o instituto mais antigo no trabalho com pessoas cegas no estado do Pará. O artigo tem como objetivo descrever o contexto histórico em que ocorreu a criação do Instituto José Álvares de Azevedo e a institucionalização da educação de pessoas cegas no estado Pará. Para isso, foi traçado um breve panorama histórico das primeiras iniciativas referentes ao processo de institucionalização da educação de pessoas cegas no Estado no período que vai 1955 a 1962. O estudo foi realizado utilizando-se o método da pesquisa histórica. Os dados encontrados foram oriundos das fontes documentais, primárias e secundárias, além de entrevista aberta realizada com os primeiros alunos que estudaram no IJAA, e entrevista concedidas para outros pesquisadores, localizadas nos apêndices de trabalhos anteriormente publicados. O tratamento e a análise desses documentos foram realizados através da técnica da análise de conteúdo com base nas abordagens de Franco (2018) e Bardin (1977). O IJAA forneceu para seus alunos um ambiente acolhedor que ofertava uma escolarização adaptada às suas especificidades, é importante apontar que o instituto apresentava princípios normalizadores, no qual os alunos precisariam se adaptar socialmente, e diminuiriam o máximo possível suas diferenças, para então poderem ser aproveitados nos espaços sociais e de trabalho.

Palavras-chave: Pessoa Cega. Educação Especial. História da Educação Especial no Estado do Pará.

EL PROCESO DE INSTITUCIONALIZACIÓN DE LA EDUCACIÓN DE LOS CIEGOS EN EL ESTADO DE PARÁ EN LA DÉCADA DE 1950

Resumen: El Instituto José Álvares de Azevedo (IJAA) es el instituto más antiguo que trabaja con personas ciegas en el estado de Pará. El objetivo de este artículo es describir el contexto histórico en el que se creó el Instituto José Álvares de Azevedo y la institucionalización de la educación para ciegos en el estado de Pará. Para ello, se trazó un breve panorama histórico de las primeras iniciativas relacionadas con el proceso de institucionalización de la educación de las personas ciegas en el estado, en el período comprendido entre 1955 y 1962. El estudio se realizó mediante el método de investigación histórica. Los datos encontrados provienen de fuentes documentales primarias y secundarias, así como de entrevistas abiertas con los primeros alumnos que

estudiaron en el IJAA, y de entrevistas concedidas a otros investigadores, localizadas en los apéndices de obras publicadas anteriormente. Estos documentos fueron procesados y analizados mediante la técnica de análisis de contenido basada en los planteamientos de Franco (2018) y Bardin (1977). El IJAA proporcionaba a sus alumnos un ambiente acogedor que ofrecía una escolarización adaptada a sus especificidades. Es importante señalar que el instituto presentaba principios normalizadores, en los que los alumnos tendrían que adaptarse socialmente, y reducir al máximo sus diferencias, para luego poder ser utilizados en espacios sociales y laborales.

Palabras clave: Persona ciega. Educación Especial. Historia de la Educación Especial.

THE PROCESS OF INSTITUTIONALIZATION OF THE EDUCATION OF BLIND PEOPLE IN THE STATE OF PARÁ IN THE 1950's

Abstract: The José Alvares de Azevedo Institute (IJAA) is the oldest institute working with blind people in the state of Pará. The article aims to describe the historical context in which the José Alvares de Azevedo Institute was created and the institutionalization of education for blind people in the state of Pará. To this end, a brief historical overview was drawn up of the first initiatives relating to the process of institutionalizing the education of blind people in the state in the period from 1955 to 1962. The study was carried out using the historical research method. The data found came from primary and secondary documentary sources, as well as open-ended interviews with the first students who studied at the IJAA, and interviews granted to other researchers, located in the appendices of previously published works. These documents were processed and analyzed using the content analysis technique based on the approaches of Franco (2018) and Bardin (1977). The IJAA provided its students with a welcoming environment that offered schooling adapted to their specificities. It is important to point out that the institute presented normalizing principles, in which students would need to adapt socially, and reduce their differences as much as possible, so that they could then be used in social and work spaces.

Keywords: Blind person. Special Education. History of Special Education.

SOBRE OS AUTORES

Genylton Odilon Rego da Rocha

Graduado em Geografia (Bacharelado e Licenciatura) e Pedagogia (Licenciatura Plena) pela Universidade Federal do Pará. Mestre em Educação (Currículo) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1996) e Doutor em Geografia (Geografia Física) pela Universidade de São Paulo (2001). Realizou estágio de pós-doutoramento no Institut National de Recherche Pédagogique da França (INRP), desenvolvendo atividades de pesquisa no Service d'Histoire de l'Éducation, no período de novembro de 2006 à dezembro de 2007. Professor Titular da Universidade Federal do Pará, exercendo atividades no Programa de Pós-Graduação em Currículo e Gestão da Escola Básica (Mestrado) e no Programa de Pós-Graduação em Educação na Amazônia (Doutorado). E-mail: genylton@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6264-5387>.

Hellen Cristina Olimpia de Oliveira

Professora da Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Graduada em Licenciatura Plena em Pedagogia pela Universidade Federal do Pará. Especialista em Gestão e Administração Escolar pela Faculdade de Ciências de Menceslau Braz - FACIBRA, e Especialista em Psicologia Educacional com Ênfase em Psicopedagogia Preventiva pela Universidade do Estado do Pará - UEPA. Atualmente, mestra em Currículo da Educação Básica no Programa de Pós-Graduação em Currículo e Gestão da Escola Básica (PPEB) do Núcleo de Estudos Transdisciplinares em Educação Básica (NEB) da Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: hellen.n.c@hotmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0859-124X>.

Referências

- ARANHA, Maria Salete Fábio. **Projeto Escola Viva**: garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola: necessidades educacionais especiais dos alunos. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2005.
- ALMEIDA, Karla N. Corrêa de; MELO, Clarice Nascimento de. Educação e desenvolvimentismo no Pará: as políticas “redentoristas” do governo de Zacarias de Assumpção – 1951 a 1956. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. 69, p. 76-86, set. 2016.
- BEYER, Hugo Otto. **Inclusão e Avaliação na Escola**: de Alunos com Necessidades Educacionais Especiais. Porto Alegre: Mediação, 2013.
- BUENO, José Geraldo Silveira. **Educação Especial Brasileira**: Questões Conceituais e de Atualidade. São Paulo: EDUC - Editora da PUCSP, 1993.
- CARDOSO, Fernanda Luísa de Miranda; MARTÍNEZ, Silvia Alicia. A Campanha Nacional de Educação dos Cegos: uma leitura a partir da imprensa jornalística dos anos 1960 e 1970. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 19, p. e051, 18 abr. 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.4025/rbhe.v19.2019.e051>.
- COSTA, Vanderlei Balbino da. **Inclusão Escolar do Deficiente Visual no Ensino Regular**. Jundiá: Paco Editoria, 2012.
- COSTA, Ailton Barcelos; PICHARILLO, Alessandra Daniele Messali; PAULINO, Vanessa Cristina. O processo histórico de inserção social da pessoa cega: da Antiguidade à Idade Média. **Revista Educação Especial**, v. 31, n. 62, p. 539-550, 2018. DOI: 10.5902/1984686X24092. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/24092>. Acesso em: 22 fev. 2024.
- CRAVO. Transcrição da entrevista realizada com um dos primeiros alunos do Instituto José Alves de Azevedo. In: OLIVEIRA, Hellen Cristina Olimpia de. **O currículo prescrito para o Instituto José Alves de Azevedo no período da institucionalização da educação da pessoa cega no Pará**. Orientador: Prof. Dr. Genylton Odilon Rego da Rocha. 2023. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2023.
- FARIAS, Roseane Rabelo Souza. **Itinerários da institucionalização da Educação Especial no Estado do Pará**: perspectivas a partir da história social. 2019. 255f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.
- FARIAS, Roseane Rabelo Souza. Intelectuais na Educação: professoras pioneiras na institucionalização da escolarização de pessoas com deficiência no estado do Pará. In: SILVA, Shirley et al. (Orgs.). **Diferenças, deficiências e desigualdades**: cenários de pesquisa. São Paulo: FEUSP, 2022.
- FERNANDES, Sueli. **Fundamentos para educação especial**. Curitiba: Ibpx, 2013.
- JANUZZI, G. M. **A educação do deficiente no Brasil**: dos primórdios ao início do século XXI. Campinas: Autores Associados, 2012.
- LUNARDI, Márcia Lise. **Medicalização, Reabilitação, Normalização**: Uma Política de Educação Especial. In: REUNIÃO ANUAL ANPED, 25., 2002. Educação Especial – GT15 – UFRGS – CAPES. Caxambu: ANPED, 2002. Disponível em: <http://25reuniao.anped.org.br/tp251.htm#gt15>. Acesso em: 23 maio 2023.
- NUNES, Sylvia; LOMÔNACO, José Fernando Bitencourt. **O aluno cego**: preconceitos e potencialidades. *Psicologia Escolar e Educacional*, v. 14, n. 1, p. 55-64, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413 85572010000100006>. Acesso em: 14 jun. 2022.

OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno de. Educação Especial, Direitos Humanos e Cidadania. In: FERNANDES, Ana Paula Cunha dos Santos (Org.). **Educação especial**: cidadania, memória, história. Belém: Eduepa, 2017.

OLIVEIRA, Hellen Cristina Olimpia de. **O currículo prescrito para o Instituto José Álvares de Azevedo no período da institucionalização da educação da pessoa cega no Pará**. Orientador: Prof. Dr. Genynton Odilon Rego da Rocha. 2023. Dissertação (Mestrado em Currículo e Gestão da Escola Básica) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2023.

PARÁ. Decreto nº 1.390, de 7 de dezembro de 1953. **Diário Oficial do Estado do Pará**, Belém, Ano LXIR – 66° 17.4881953, 12 dez. 1953.

PARÁ. **Projeto Político Pedagógico da UEES José Álvares de Azevedo**. Belém: 2017.

PARÁ. Secretaria do Estado de Assembleia Legislativa do Estado do Pará. **Projeto de Lei nº 1.400 de 31 de outubro de 1956**. Dá denominação e cria no Quadro Único do funcionalismo civil do Estado, cargos na Escola de Cegos do Pará. Belém: Secretaria do Estado de Assembleia Legislativa do Estado do Pará, 1956.

PARÁ. Secretaria de Estado de Educação e Cultura. **Lei nº 3.583**, de 15 de dezembro de 1965. Da nova organização à Secretaria de Estado de Educação e Cultura. (S.E.D.E.C), cria cargos necessários à mesma, estabelece condições de funcionamento e determina outras providências. 1965.

PEREIRA, Maria Izabel dos Santos. **Luz e cidadania**: a história do Instituto José Álvares de Azevedo. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Colegiado de História, Universidade Federal do Pará, Belém, 2005.

PICCOLO, Gustavo Martins. **O Lugar da Pessoa com Deficiência na História**: Uma Narrativa ao Averso da Lógica Ordinária. 1. ed. Curitiba: Appris Editora, 2022.

ZOTTI, Solange Aparecida. **Sociedade, Educação e Currículo**: Dos Jesuítas aos anos de 1980. Campinas, SP: Autores Associados; Brasília, DF: Editora Plano, 2004.

Recebido: julho 2023

Aceito: outubro 2023

The Creative Commons License in Revista InterMeio

CC BY-NC-SA: This license allows reusers to distribute, remix, adapt, and build upon the material in any medium or format for non-commercial purposes only, and only so long as attribution is given to the creator. If you remix, adapt or build upon the material, you must license the modified material under identical terms.

CC BY-NC-SA includes the following elements: • BY: Credit must be given to the creator; • NC: Only noncommercial uses of the work are permitted; • SA: Adaptations must be shared under the same terms.